Tópicos de correção
Direito Internacional Privado – turma da noite
22 julho 2015

I. a)

- Está em causa a capacidade de Astrid para contrair casamento com Bruno;
- o art. 49.º CC tem como conceito-quadro a “capacidade para contrair casamento ou celebrar a convenção antenupcial”; interpretação do conceito-quadro “capacidade para contrair casamento”;
- o art. 49.º CC determina a aplicação da lei pessoal de cada nubente; nos termos do art. 31.º, n.º 1, CC, a lei pessoal é a lei da nacionalidade;
- tendo Astrid dupla nacionalidade, havia que determinar a nacionalidade relevante; aplicação do art. 28.º da Lei da Nacionalidade e a nacionalidade relevante era a brasileira;
- a norma de conflitos portuguesa remete para a lei brasileira; a norma de conflitos brasileira remete para a lei do domicílio, logo, a lei uruguaia; a norma de conflitos uruguaia remete para a lei do lugar da celebração do casamento, no caso, a lei portuguesa; esquematicamente: L1 (art. 49.º) → L2 (lei brasileira) → L3 (lei uruguaia) → L1 (lei portuguesa);
- a lei brasileira, ao praticar a referência material, aplica a lei designada pela sua norma de conflitos; logo, a lei brasileira aplica a lei uruguaia; a lei uruguaia, ao praticar a referência material, aplica a lei material portuguesa;
- estando perante uma situação de reenvio para a lei portuguesa, importa verificar se estão preenchidos os pressupostos de aplicação do art. 18.º, n.º 1, CC;
- os pressupostos de aplicação do art. 18.º, n.º 1, do CC, não estão preenchidos, pois a lei brasileira aplica a lei uruguaia e não a lei material portuguesa;
- não estando preenchida a previsão do art. 18.º, n.º 1, CC, aplica-se a regra geral, prevista no art. 16.º CC, de onde resulta que a lei portuguesa aplica a lei brasileira;
- de acordo com a lei material brasileira, por regra, as pessoas do sexo feminino com menos de 16 anos não podem casar nem com autorização dos pais; interpretação e caracterização desta norma material brasileira;
- esta norma material brasileira é subsumível no conceito-quadro do art. 49.º CC; aplicação do art. 15.º CC;

- a resposta do Conservador com respeito à aplicação da lei portuguesa para evitar a ofensa aos princípios da reserva de ordem pública internacional do Estado português está errada; funcionamento aposteriorístico da reserva de ordem pública internacional.

I. b)

- Está em causa uma situação relativa a obrigações contratuais;
- estão preenchidos os âmbitos de aplicação do Regulamento Roma I; fundamentação;
- interpretação do conceito-quadro “obrigações contratuais em matéria civil e comercial”;
- as partes não escolheram a lei aplicável para regular o contrato (art. 3.º do Regulamento Roma I);
- deve verificar-se se estão verificados os pressupostos de aplicação do art. 6.º do Regulamento Roma I: o contrato foi celebrado por Bruno - para uma finalidade que é estranha à sua atividade profissional - com César, que não agia no quadro das suas atividades comerciais; não se aplica o art. 6.º;
- estando perante um contrato de prestação de serviços, aplica-se o art. 4.º, n.º 1, al. b), do Regulamento Roma I, que determina a aplicação da lei do país onde o prestador (César) tem residência habitual, França;
- é excluído o reenvio (art. 20.º do Regulamento Roma I);
- apreciação do funcionamento da cláusula de exceção prevista no art. 4.º, n.º 3, que não se aplicava no caso;
- apreciação da relação do art. 437.º CC com a reserva de ordem pública internacional e com as normas de aplicação imediata.

II. 1)

- Noção do princípio do *favor negotii*;
- Noção do princípio da harmonia internacional de julgados;
- Manifestações do princípio do *favor negotii* no CC português (v.g., no art. 19.º, n.º 1; no art. 36.º, n.º 2; no art. 65.º, n.º 1, *in fine*; no art. 31.º, n.º 2, CC) e nos Regulamentos da UE (v.g., art. 11.º do Regulamento Roma I);
- Articulação das manifestações do princípio do *favor negotii* com o princípio da harmonia internacional de julgados; concretização;
- Primazia do princípio do *favor negotii* sobre o princípio da harmonia internacional de julgados; fundamentação.

II. 2)

- A afirmação não está correta;
- Método a seguir na interpretação dos conceitos-quadro das normas de conflitos de fonte interna; razões subjacentes;
- Método a seguir na interpretação dos conceitos-quadro das normas de conflitos de fonte europeia; razões subjacentes;